

Uma história dos sistemas de comunicação: balanço de um percurso teórico¹

A history of the communication systems: balance of a theoretical route

Marialva Carlos Barbosa²

RESUMO

O objetivo deste texto é produzir uma síntese das múltiplas reflexões que fazemos e fizemos em torno da relação comunicação e história e, sobretudo, apresentar o balanço de um percurso teórico para a construção de uma história dos sistemas de comunicação. Para isso, desenvolvemos a seguinte argumentação: num primeiro momento, apresentamos os postulados teóricos fundamentais, no nosso entendimento, para a visualização da história da comunicação como uma história de sistemas de comunicação; num segundo movimento, refletimos sobre a importância de serem usados conceitos da teoria da história para construir qualquer interpretação do passado e, finalmente, apresentamos uma espécie de balanço crítico em torno dos estudos que, habitualmente, se realizam no Brasil relativos a processos históricos midiáticos.

Palavras-chave: Comunicação. História. Teoria.

ABSTRACT

This text is a synthesis of the multiple analyses we have been producing of the relation between communication and history. It is aimed at presenting an account of a theoretical trajectory for the construction of a history of communication systems. In order to undertake this task, we develop the following steps: first, we present the fundamental theoretical postulates, as we understand them, for the visualization of communication history as a history of communication systems. Secondly, we reflect upon the importance of using the concepts of history theory to construct any interpretation of the past and, finally, we present a critical balance on the actual Brazilian studies around the historical processes of media.

Keywords: Communication. History. Theories.

1 Artigo recebido em 23-3-10. Aprovado em 24-3-10.

2 Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e Professora Titular aposentada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História, com Pós-Doutorado em Comunicação pelo CNRS-LAIOS (Paris, França). Pesquisadora do CNPq e da Faperj. Diretora Científica da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar). E-mail: mcb1@terra.com.br.

Como construir uma história da comunicação? Pode a história da comunicação ser pensada da mesma forma que outras histórias? Quais os caminhos teóricos que os estudos em torno da questão história dos meios de comunicação têm seguido no Brasil?

Em torno dessas três questões centrais desenvolveremos as argumentações deste texto cujo objetivo principal é sistematizar o que recorrentemente abordamos, há décadas, sobre as particularidades e as peculiaridades para a construção de uma história da comunicação.

História dos sistemas de comunicação

Desde um texto que consideramos fundador (BARBOSA, 1997) reafirmamos, inúmeras vezes, a importância de se considerar algumas especificidades em relação aos estudos que têm como ênfase recuperar os processos comunicacionais localizados no passado.

A primeira delas diz respeito ao fato de a comunicação ser um processo que se realiza em operações envolvendo ações dos sujeitos sociais em um sistema complexo (os sistemas comunicacionais) e, que, portanto, a história da comunicação é, *avant la lettre*, uma história dos sistemas de comunicação.

Procurar interpretar os processos comunicacionais do passado significa perceber o circuito da comunicação localizado em *tempus idos*, nos quais estão envolvidos múltiplos atores: produtores de textos, produtores gráficos, distribuidores, editores e leitores. Além disso, há que se considerar as materialidades produzidas, ou seja, os suportes que deram vida aos processos comunicacionais e que colocaram em circulação, em dado espaço social, formas impressas, visuais, sonoras, etc.

Considerando o que Darnton (1995) recomenda para a construção de uma história do impresso, é preciso verificar o que eram esses meios, suas materialidades e o tipo de conteúdo que publicavam, com que propósito, que relações estabeleciam com outros atores sociais, quem os produzia e, sobretudo, a quem se dirigiam. O público, ator encoberto por uma multiplicidade de designações, deve ser visualizado como produtor de significados, daí não terminar na descoberta da sua face, muitas vezes oculta, a produção de uma história que perceba o circuito da comunicação. É preciso interpretar como esses leitores entenderam aquela experiência, ou seja, como o contato com os meios afetou suas práticas, suas visões de mundo e

que interpretações produziram a partir do contato com aqueles meios. Há que se verificar como se apropriaram das múltiplas mensagens e que mudanças produziram nesses atores sociais.

Construir uma história dos sistemas de comunicação pressupõe a reconstrução do sentido de uma obra – e a obra pode ser os jornais, as emissões de rádio e de televisão, etc. – e exige que se considere a relação entre aquilo que se produz como práticas comunicacionais (textos, imagens, etc.), o objeto que lhe serve de suporte (as materialidades) e as práticas que as instrumentalizam (as produções e as leituras, no sentido amplo, realizadas e as reapropriações que o público sempre produz).

Portanto, não se trata de recuperar os conteúdos das emissões, visualizando nos múltiplos discursos produzidos a essência de uma história que, dessa maneira, aborda apenas a dimensão textual da obra. Também não se trata de produzir história a partir da ênfase nas ações daqueles que são designados como atores privilegiados na fundação de jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão, etc. Recuperar a trajetória de jornalistas singulares, dos proprietários dos veículos, ou seja, dos grandes personagens, não constrói uma história da comunicação; quando muito, oferece a sensação de dívida para com aqueles que, por múltiplos trabalhos memoráveis localizados no futuro, importantes, inclusive, para a produção de mitificações em torno das profissões, são elevados à condição de figuras emblemáticas, transformando-se em verdadeiros ícones de uma fatia do passado que se quer preservar por razões de natureza política.

Uma história dos meios de comunicação também não é aquela que apenas alinha fatos e nomes, grandes feitos de outrora, tentando estabelecer que o passado se deu exatamente daquela forma que os documentos, testemunhos da sua autenticidade, revelam. O que deve ser objeto do historiador não é o conteúdo do que foi veiculado pelos meios, nem a simples cronologia do aparecimento de jornais, revistas, emissoras, etc. Também não estamos fazendo história quando agrupamos em períodos característicos pretensos movimentos uniformes: do período x ao y teríamos, assim, nesses exemplos de periodização adjetivada, o momento de declínio, num outro o de ascensão, entre múltiplos nomes que pretendem enfeixar por sedimentações periódicas processos muito mais complexos.

A segunda especificidade diz respeito ao objeto macro da análise: indo além dos veículos e de seus produtores, essa história releva o processo comunicacional envolvido em múltiplas relações narrativas. Processos que colocam em cena os complexos circuitos de comunicação existentes no passado e que podem, a partir dos rastros que

chegam ao presente, ser mapeados. Teórica e metodologicamente, é preciso descortinar o que essas práticas sociais envolviam: produtores de textos, suportes, estratégias e o público que escreve, com sua leitura, parte fundamental dessas narrativas. Têm importância o conteúdo, o produtor da mensagem, a forma como o leitor/espectador entendeu, nos limites da sua cultura, os sinais emitidos ou impressos, ou seja, a apropriação diferenciada feita por ele, sujeito social e histórico.

Portanto, ao invés de tentar analisar os meios é preciso, tal como já enfatizava Martín-Barbero (2001), no penúltimo decênio do século XX, ir em direção às mediações localizadas no passado. São os atores sociais que constroem a história da comunicação e não os veículos considerados na sua singularidade. Na direção do redemoinho das práticas (REVEL, 2009, p. 210), adotado por inúmeras disciplinas, também a história da comunicação deve privilegiar a ação humana envolvida nos processos localizados no passado. Ao invés de se buscarem instituições, funções, dispositivos, máquinas e gramáticas, há que se pensar na forma como os atores sociais constroem práticas comunicacionais numa longa história de criação de próteses para tornar mais eficiente o ato comunicacional.

Há que se perceber, enfim, que a história comunicacional do homem foi construída pela adoção de próteses comunicacionais, que fizeram e ampliaram a possibilidade do ato comunicativo. À prótese *fala* seguiu-se outra tecnologia, a *escrita*, e, assim, sucessivamente, numa extensa história da construção de mediações possíveis para tornar mais eficiente o ato de comunicar. Portanto, a história da comunicação é a reconstrução, pelo ato interpretativo, dessas múltiplas mediações e de suas materializações em processos complexos.

A terceira especificidade diz respeito ao produto que é colocado em circulação pelos meios de comunicação. Considerando que as textualidades (ampliando, portanto, a noção de texto para além do que é escritura e percebendo as visualidades e as sonoridades também como textualidades) são produtos históricos de uma época, aquilo que os meios de comunicação anunciam como discursividade está sempre entranhado de história. É preciso, assim, escavar os meandros dos textos, indo além das intenções de quem os produziu, atrás das vozes incontroladas de que fala Ginzburg (2007, p. 11). Todo documento produz um testemunho involuntário que se encontra nas suas profundezas narrativas ou nas suas fímbrias textuais.

Mas aqui temos um problema epistemológico: ao produzir textualidades no presente para o futuro, os meios de comunicação, sobretudo aqueles que têm a dimensão da documentalidade (os impressos), se transformam em espécies de fiadores das épo-

cas, retirando do mundo aspectos que devem ser guardados para a história. Os acontecimentos midiáticos são transformados em acontecimentos para a história, e os meios impressos produzem escrita para a duração. A narrativa do cotidiano se transmuta em documentos que serão, no futuro, novamente recuperados para caracterizar aquele momento e lugar. Portanto, na história dos meios de comunicação, está inscrita também a documentação que produzem para caracterizar momentos qualificados como históricos e acontecimentos dignos de serem assim considerados.

Tanto os meios de comunicação, no presente, como a história em relação ao passado tem como objetivo a fiabilidade, ou seja, ambos querem representar a realidade, o que de fato existe ou existiu. Ambos os modos narrativos são mais do que representações: são a *representância*, no sentido construído por Ricoeur (2007), ao buscarem o passado e o presente reais.

Representância é a cristalização de expectativas da história e a sua intencionalidade. O que é objetivado pelo conhecimento histórico pressupõe um pacto que permite ao historiador descrever situações que existiram antes de sua própria existência (e de sua narrativa). A representância implica sempre uma relação do texto com o seu referente; no caso do texto histórico, esse referente é o rastro.

Os textos históricos são assim fiadores do passado. É por essa razão que muitas vezes se levantaram contra o ceticismo dos pós-modernos, que passaram a enfatizar a não distinção entre narrativas ficcionais e históricas, já que, por um aspecto construtivista, ambos os modos contam histórias.

Concordamos inteiramente com a proposição de que a história é fiadora de um passado que é revelado (e explicado) pela ação de renarrar. Assim, quando inúmeras vezes afirmamos a característica ficcional da história, não estávamos retirando da disciplina a sua característica de *representância*, mas apenas reafirmando que, buscando o verdadeiro, a história introduz o verossímil, já que permite que cada um siga uma história que tem começo, meio e fim e que, por isso, torna-se inteligível. (BARBOSA, 2000; BARBOSA; RIBEIRO, 2005; BARBOSA, 2007a; BARBOSA, 2007b; BARBOSA, 2010a; BARBOSA, 2010b). A história é reconstrução, interpretação onde estão incluídas, necessariamente, as visões de mundo do presente. Visões de mundo como forma de imaginação, texto como artefato literário, onde se reconhece o papel ativo da linguagem na criação e na descrição da realidade histórica. Afinal, o passado nos chega sob a forma de mensagens, textualidades que são transformadas em contexto pela ação do pesquisador. Para isso há que se reconstruir a diversidade a partir de vestígios múltiplos e esparsos e identificar as estratégias utilizadas pelos produtores de texto.

Ao afirmar o caráter ficcional da narrativa histórica, estávamos, portanto, enfatizando a dimensão interpretativa de todo relato histórico. Os fatos não são dados objetivos ou descobertas, sendo elaborados, sempre, a partir do tipo de pergunta que o pesquisador – que também está imerso em lutas por representações – faz acerca dos fenômenos que se colocam diante dele. E, por último, e o mais importante, estávamos remarcando a sua dimensão narrativa.

Destacando essas especificidades, resta-nos agora reafirmar por que enfatizamos também em diversos textos que não é possível produzir história da comunicação sem o conhecimento das teorias da história. Por mais que sejamos tentados a utilizar na história da comunicação fundamentos que seriam próprios da área, ou seja, teorias específicas (como se os conceitos não tivessem uma dimensão holística), não é possível alcançar um olhar histórico e uma análise histórica sem se valer dos postulados fundamentais da disciplina histórica.

Conceitos imprescindíveis

Antes de definir por que consideramos que os conceitos da história são essenciais na construção de uma história da comunicação, convém especificar de que forma se pode considerar a história: além de ser uma disciplina submetida aos parâmetros teóricos construídos na longa duração, não sem dualidades, conflitos, confrontos e modismos, é também a forma como cada ser humano se percebe na duração. A Época Moderna, além de construir a historiografia, valorizando, por exemplo, os documentos em detrimento das fontes narrativas, consideradas menos precisas, pois que estão mais sujeitas ao erro e às mentiras, construiu também o sentido de história que carregamos. E esse sentido, sem dúvida, foi amplificado e instrumentalizado pela multiplicação dos processos comunicacionais.

A documentação exagerada do mundo após a invenção da impressão, no século XV, e a utilização de preceitos impressos para definir as classes narrativas e a produção de efeitos de verdade (citações, notas, aspas e outros sinais tipográficos que denotam o lugar de onde se fala) são produtos de uma época que, gradualmente, foi se encharcando de sentido histórico e que viu emergir uma cultura gráfica.

Portanto, ao usarmos o termo *história*, estamos nos referindo duplamente à disciplina com seus parâmetros de objetivações e ao sentimento humano desde a Época Moderna: o fato de sermos históricos, de sermos tempo e espaço. História, nesse sentido, é historicidade.

Ao vivermos atos corriqueiros, cotidianos e banais, no mundo, tomamos conhecimento do lugar que ocupamos (sempre transitório e múltiplo) e da temporalidade nos quais estamos imersos. O ser humano se constitui na história, pois viver é, antes de tudo, viver na história.

Essa teia de significações alarga o sentido da palavra. Portanto, história não é apenas a disciplina que se materializa em formas narrativas e que abriga discussões no sentido de construir um saber sobre o passado considerado como legítimo. Essas lutas por significação e por classificação colocam em destaque a capacidade de narrar o passado e constroem sob rótulos os mais diversos e sob postulados teóricos os mais abrangentes aquilo que alguns classificam como sendo a “ciência da história”, e que outros apenas dão o nome de história. As filiações teóricas são lutas por distinções, para ocupar lugares de fala reconhecidos, opondo, no dizer de Bourdieu (1987), os heréticos e os ortodoxos, aqueles que fazem parte, num determinado momento, do jogo classificatório e os outros que se opõem a esse jogo.

Assim, quando a questão da história emerge, é preciso que se faça distinção entre nomes situados nesse universo: de um lado, a história disciplina suas lutas por classificação e por ser detentora do saber válido sobre o passado, com suas teorias, ou seja, os conceitos ligados às filiações teóricas que recebem também “nomeações” e, de outro, a filosofia da história, ou seja, o saber reflexivo e crítico sobre a dimensão histórica humana.

História, portanto, é um termo que está além da disciplinarização de um saber. É a forma como o ser humano se sente na duração, como se visualiza como ser, ao longo de sua trajetória, num lugar que, por vezes, denominamos mundo. A história é a nossa relação silenciosa ou ruidosa com o presente, o passado e o futuro. A história é o fato de estarmos no mundo.

Do nosso agora, sempre transitório, olhamos o passado e projetamos o futuro, mas o passado só existe como representação mental a partir do olhar individual daquele que o descortina nos *tempus idos*. Portanto, o passado não é fixo: é materializado pelas recordações e transformado pela interpretação que fazemos. Assim, como o passado não é fixo, também o presente não é apenas um instante pontual. O presente indica o que vivemos, mas também as lembranças que o passado proporciona e as expectativas que produzimos em relação a um tempo localizado no depois, designado como futuro. As lembranças e as expectativas de futuro existem sempre no presente, construindo-se pelo entrelaçamento do mesmo (as ações vividas no presente) e do outro (as lembranças que tornam o passado presente ou

as projeções que fixamos para o depois). Do mesmo e do outro, também, porque sendo a vida um ato de historicidade, vivemos sempre em relação: existe um mundo habitado por seres que vivem igualmente a mesma humanidade.

Para além dessas questões mais gerais, há que se considerar que os processos históricos só podem ser interpretados à luz de determinados parâmetros conceituais. E o primeiro desses parâmetros diz respeito aos conceitos que formulam a própria “operação historiográfica”. (CERTEAU, 1982). Essa operação subdivide-se em três níveis que são, invariavelmente, percorridos pelo pesquisador: a fase documental, a fase explicativa/compreensiva, e a escrita (ou fase representacional).

Não convém aqui nos determos em cada uma dessas etapas, mas é imprescindível que se tenha conhecimento das maneiras como podemos acessar o passado. E, se fazer história é ter acesso ao passado, em qualquer história que iremos construir, estaremos modelando conectores essenciais de visualização desse passado.

O passado chega até o presente sob a forma de sinais comunicativos que perduraram. Esses sinais, rastros, restos e vestígios, em rigor, são ações de comunicação dos homens do passado que chegaram, por inúmeras razões, até o presente. As ações comunicacionais duradouras são os rastros possíveis de ser interpretados por aqueles que querem visualizar traços de um mundo nunca irremediavelmente perdido. Além do rastro, dois outros conectores são fundamentais para alcançar o passado: o *tempo*, que a história transforma em tempo-calendário, e a *sequência* de gerações. (RICOEUR, 2007).

Não há como fazer história sem considerar a dimensão temporal de sua narrativa e visualizar o calendário, a datação, e a sequência temporal como algo exterior ao tempo fenomenológico e ao tempo vivido: a história cria um terceiro tempo ao adotar o calendário como medida. Esse instrumento de pensamento divide aleatoriamente o tempo, tendo como princípio a referência a um acontecimento fundador escolhido, momento axial a partir do qual todos os outros acontecimentos serão datados; a possibilidade de percorrer esse tempo-calendário em duas direções (antes e depois), sempre em relação ao marco zero estabelecido; e a criação de unidades de medida que se constituem em intervalos constantes (dia, mês e ano).

É por essa razão que não se pode fazer história sem fazer uso da dimensão temporal e do conceito de tempo. É por essa razão que numa história dos sistemas de comunicação também dataremos o início ou o momento axial no qual começaremos a contar aquela história.

Guardando relação com o tempo físico (ou cosmológico), o tempo-calendário inaugura um princípio – o da divisão – que foge inteiramente das concepções de tempo astronômicas e da física. Assim, se no primeiro aspecto, é contínuo, uniforme, linear e segmentado, ou seja, figura um antes e um depois, é mensurado e instaura a regularidade dos períodos (pelo movimento do Sol e da Lua estabelece-se, por exemplo, o ciclo do dia de 24 horas), em relação ao estabelecimento de qualificações (presente, passado e futuro) esse tempo da história se distingue inteiramente do tempo da física. Essas qualificações são constituídas a partir da fenomenologia do presente, ou seja, da ideia de que o presente é o hoje, a partir do qual haverá um amanhã e houve um ontem. A partir de um ponto zero cria-se um percurso bidirecional, do passado para o presente e do presente para o futuro; em uma palavra: qualifica-se o próximo e o distante. Todos os acontecimentos recebem uma posição em relação ao momento instituído como axial. (RICOEUR, 2007, p. 185).

Para Ricoeur, a originalidade que o momento axial confere ao calendário permite-nos dizer que o tempo-calendário é exterior tanto ao tempo físico quanto ao tempo vivido. Além disso, todos os instantes podem ser, em princípio, momentos axiais. Nada diz que um dia tomado no calendário seja passado, presente ou futuro. Para isso é preciso que alguém fale o tempo: “o presente é, então, assinalado pela coincidência entre um acontecimento e o discurso que o enuncia, [...] por isso que tal data, completa e explícita, não pode ser dita nem futura, nem passada, se ignorarmos a data da enunciação que a pronuncia”. (2007, p. 186).

O segundo conector fundamental para alcançar o passado é a sequência das gerações. Inscrevendo-se numa linha de personagens da nossa história, temos aqueles que figuram como predecessores, e outros que serão sucessores. Essa relação memorável com os que vieram antes e a expectativa com os que virão depois, colocam-nos na linha da história. Sabemos que houve um passado, porque predecessores deixaram suas pegadas na nossa vida. Da mesma forma que temos consciência de que o tempo da finitude não termina com o nosso epitáfio, porque os sucessores continuarão, inevitavelmente, o caminho que começamos a trilhar. A vida é uma sucessão de tempos, dominada por aqueles que nos precederam e por aqueles que nos sucederão.

A sequência de gerações estabelece uma relação anônima entre os indivíduos numa dimensão temporal, que são nomeados contemporâneos, predecessores e sucessores, criando encadeamentos do tempo, vividos, não mais individualmente, mas de maneira anônima em sociedade. É a sequência de gerações que produz a materialidade mais evidente do tempo social da história. O presente dos contempo-

râneos, o passado dos predecessores e o futuro dos sucessores não pertencem a ninguém individualmente, existindo apenas na sua dimensão pública. O passado de meus predecessores existia antes de mim, foi herdado, não posso mudá-lo. O presente de nossos contemporâneos instaura a ideia de duração conjunta, de compartilhamento do mundo, e o futuro dos sucessores inaugura o silêncio imaginado e refigurado como expectativa. Em suma, o passado, o presente e o futuro tornam-se passíveis da ação humana, seja em termos de expectativa (futuro), temor (presente) ou espera (passado).

A noção de geração oferece, enfim, um atestado à passagem do tempo, permitindo a continuação para além da finitude da existência, fazendo com que a morte não separe os ancestrais dos contemporâneos, produzindo o milagre de fazer com que a vida, mesmo antes de ter acabado, continue na evidência dos sucessores.

O último conector em relação ao passado e, talvez, o mais importante, é o rastro: aquilo que o passado deixou como pegadas no presente, aquilo que persistiu à passagem do tempo e que indica a existência humana passada. As obras fincadas na cultura material e nas múltiplas produções humanas, que não se apagam com o passar dos anos, são restos de um passado que se preserva no presente. Memória viva daqueles que construíram com seus atos comunicacionais vestígios duradouros. Através da materialidade das gerações, dos testemunhos e da cultura material, percebemos que houve um passado que deixou rastros que podem ser seguidos.

Para chegar ao significado desses restos, é preciso caminhar em direção ao passado a partir dos traços que existem no presente. Para isso, o primeiro passo é considerar os rastros como signos de representação e entender, nas mensagens, muitas vezes apagadas pelo tempo, sinais que os homens do passado fixaram para o futuro. Seguir o rastro é percorrer caminhos já trilhados pelos homens de outrora. Percebidos como restos, esses rastros indicam que os homens do passado passaram por aqui deixando suas marcas: são os traços de suas atividades e de suas obras (ferramentas, casas, templos, sepulturas, escritos, imagens), enfim, de seus atos de comunicação.

Se alguém passou convém seguir o rastro, mas ele pode ser perdido, pode-se igualmente entrar numa rota que não, necessariamente, nos levará até ele. O rastro pode, no limite, apagar-se. Nesse caso, não existe mais no presente o que impede o acesso ao passado. O passado, invariavelmente, está contido no presente sob a forma de mensagens e sinais. Aquilo que não está mais aqui não pode ser decifrado. Sem rastro não há passado, mas não basta achar o rastro: é preciso que a mensagem que ele deixa antever seja entendida e captada como mensagem.

Heller (1993) oferece uma metáfora criativa para entender a importância do rastro para a história: recontando a história do naufrágio do navio *Britânia* e do Capitão Grant, mostra que os filhos do capitão só conseguiram reencontrá-lo numa ilha deserta porque seguiram as pegadas, os rastros que ele deixou: uma garrafa encontrada no mar com um pedaço de papel quase indecifrável mostrava que houvera um naufrágio, e que havia sobreviventes. Mas para reconhecer esse sinal era preciso que se soubesse, de antemão, que mensagens são enviadas, habitualmente, pelos naufragos dentro de garrafas. E essa possibilidade existia no presente.

Recolheu-se a garrafa porque se sabia que naufragos enviam frequentemente suas mensagens dentro de garrafas que lançam ao mar. Há, portanto, uma mensagem contida no vestígio que pode ser generalizada. Assim, é, uma vez mais, o conhecimento no presente que torna possível a correlação do vestígio a uma mensagem; a mensagem é sempre percebida no presente como um documento; e é no presente que é atribuído aos documentos um certo valor. Os vestígios do passado são visíveis no presente e só são vestígios se forem identificados no presente. “A mensagem só é recebida como algo significante quando é compreendida pelo presente na qualidade de documento”, conclui Heller (1993, p. 103).

Entre o rastro deixado e a tradição transmitida e recebida, assinala Ricoeur, há uma profunda afinidade. O rastro designa, em função da sua materialidade inscrita no presente, a exterioridade do passado, que, dessa forma, se inscreve no tempo do universo. A tradição coloca em relevo outro tipo de exterioridade: o fato de fazer um passado, que não fizemos, nos afetar, mas ambos, o rastro percorrido e a transmissão transmitida são mediações entre o passado e os homens do presente. (1997, p. 390).

Os vestígios fornecem uma dimensão do que já passou e que só pode se tornar inteligível pelo regime de interpretação realizado pelo autor que, no presente, procura seguir aquela trilha, mas é o verossímil o que se busca: algo em que acreditamos porque tem coerência histórica. Todo encadeamento causal das narrativas, isto é, uma ação como causa da outra, uma depois da outra, instaura a verossimilhança. Não é a crença que temos na história que a instaura, mas a própria forma como contamos a história, mesmo quando estamos imbuídos das ferramentas conceituais e metodológicas indispensáveis para fazer a história.

Considerando, portanto, indispensável para a operação historiográfica essa tipologia conceitual ainda na fase primeira da investigação, isto é, a documental, passa-se à segunda série das ações que é de uma complexidade ainda maior: a fase explicativa. Todas as teorias, como afirma Heller (1993), sugerem respostas a duas

questões fundamentais: como e por que algo efetivamente aconteceu. Diante dos rastros, o pesquisador, invariavelmente, produz uma pergunta e, como diz Ricoeur, não pode haver pergunta sem um projeto de explicação. (2007, p. 193). Passada essa etapa, chega-se a última do processo, melhor qualificada por Certeau, quando diz ser a de “representação escriturária”. (1982, p. 101).

De toda essa explanação anterior, que procurou mapear, ainda que de forma esquemática e de maneira vaga, a operação historiográfica, fica evidente que a categoria *tempo* é fundamental na análise de qualquer história. Tempo entendido como temporalidade ou a percepção das ações humanas na duração.

Por outro lado, fazer história é interpretar vestígios significantes que chegam ao presente num dado lugar. Em história, a questão das espacialidades é fundamental. Não se pode considerar as ações humanas como genéricas e universais a todos os lugares sociais. O espaço de relações sociais configura-se num dos pontos nevrálgicos da análise histórica. Disso deriva uma segunda questão: até que ponto são válidos os particularismos em história? Fazer história não é ir em direção às generalizações, um dos princípios orientadores fundamentais da historiografia?

Aqui parece que temos uma incongruência: ao mesmo tempo que temos que levar em conta os particularismos de um dado espaço social, devemos seguir princípios generalizadores. Como seria isso possível? Mesmo trabalhando com pesquisas empíricas pontuais que recortam, por vezes, a realidade social em unidades mínimas, deve-se passar, no momento seguinte, usando-se analogias, às generalizações e às sínteses conclusivas. Na teoria da história, passa-se do texto ao contexto, isto é, no caso das nossas análises, dos meios de comunicação aos lugares culturais nos quais estão inscritos, com todas as particularidades das épocas históricas a que estivermos nos referindo.

História, conhecimento e valor

Se considerarmos, como Heller (1993), que o conhecimento é um valor relativo a cada época histórica e que, assim, a própria visão científica do mundo também é expressão de uma dada consciência histórica, que permite a busca do conhecimento verdadeiro, científico, sem avaliação preconcebida, isto é, sem visões de mundo (como se isso fosse possível!), deparamo-nos, primeiramente, com a questão do anacronismo. Como interpretar o passado à luz das visões de mundo dos homens do passado? Como adentrar no espírito de uma época percebendo valores que não são mais os nossos?

Encontramo-nos, mais uma vez, diante do problema da cientificidade: é a adoção de normas, preceitos, teorias, possibilidades metodológicas que, na essência, indica a possibilidade de visualizar o passado de forma verdadeira. Assim, valores de outrora, interpretados à luz da compreensão presente do pesquisador, tornam-se, pela questão da fiabilidade de a história falar do passado, o verdadeiro passado. Procura-se encontrar, nos rastros deixados, marcas que revelam, pela interpretação produzida e permitida, um mundo que, até então, fora desconhecido. São os princípios normativos produzidos no presente que permitem o acesso a um passado considerado como se fosse real, já que o que é formulado pela historiografia deve ser a verdade (ou o conhecimento verdadeiro).

Mas é preciso perceber, também, que a norma do conhecimento científico é uma visão de mundo própria de uma época histórica. A aceitação e a construção de conceitos como avaliadores, ou seja, possuindo em si mesmos essência explicativa, é uma visão de mundo produzida em dado momento histórico. A ciência é sempre produto da consciência histórica do homem.

Da mesma forma, é uma questão de valor perceber, nos vestígios, determinadas mensagens desse passado. Se houver, numa determinada época, a consciência histórica disponível para primeiramente enxergá-las e, posteriormente, interpretá-las, pode-se ter uma história a ser contada dentro das normas de cientificidade da disciplina.

É por essa razão que conhecimentos tidos como malditos, demoníacos, transgressores em determinados momentos foram elevados à categoria de bom conhecimento num outro tempo. Encobre-se a memória do passado pelas múltiplas dimensões do esquecimento, para, num momento seguinte, em função do grau de consciência histórica alcançado, considerar a validade desse mesmo conhecimento.

Cabe, ainda, uma reflexão em torno da característica extremamente presentista dos estudos de comunicação. Por que o passado é frequentemente elevado à categoria de conhecimento de segunda linha? E, por que esse passado, mesmo quando considerado, é visualizado como efeméride que produz assombramentos, já que, invariavelmente, relacionado ao mundo que se tem hoje? Um passado linear, orientado, que se segue numa linha cronológica e sobre o qual não se reflete sobre a sua característica de passividade.

E, mesmo quando o passado figura nas preocupações dos pesquisadores, costuma-se não refletir por que esses processos de comunicação são propícios a interpretações à luz de experiências passadas, enquanto outros nunca são revelados.

Quando um processo comunicacional passado se constitui em uma intriga, fazendo dele um acontecimento histórico? Quando, alguma coisa que foi narrada no passado, pode ser renarrada?

Se essa é a essência teórica do movimento histórico, ou seja, é acontecimento histórico aquilo que foi narrado e que pode ser renarrado, em rigor, são os processos comunicacionais localizados nos tempos idos que são sempre objetos de qualquer reflexão histórica. Seria, portanto, o valor eminentemente comunicacional da história o que produz o esquecimento voluntário dos estudos de comunicação em relação à complexidade dos fenômenos históricos?

Diante dessas perguntas, resta-nos, por último, oferecer uma espécie de balanço crítico conceitual dos estudos de história dos meios que se faz, habitualmente, na comunicação. É claro que toda generalização, como já deixamos evidente no decorrer deste texto, parte de uma abstração irrealizável e de analogias, revelando limites interpretativos.

Portanto, ao tentar sistematizar as características interpretativas desses estudos, estaremos incorrendo na mesma ação que criticamos anteriormente em relação à produção de periodizações adjetivadas: estaremos agrupando estudos que nem sempre podem ser assambrados sob um mesmo rótulo.

Balanço crítico-conceitual

Grosso modo, podemos agrupar os estudos realizados sobre a história dos meios de comunicação no Brasil em cinco grupos, em função das visões teórica e metodológica que adotam. Nesse balanço, privilegiaremos a perspectiva dominante dessas pesquisas realizadas no País, sem pretender esgotar todas as possibilidades e, sobretudo, sabendo das limitações desse tipo de agrupamento generalizador.

A perspectiva mais recorrente nos estudos históricos, que enfoca os meios de comunicação é aquela que considera as pesquisas como definitivas e não provisórias e dependentes da interpretação que se pode lançar em direção ao passado. Assim, os documentos fornecem espécies de verdades indelévels, bastando estar de posse desses materiais para acessar a essência do passado. A presunção é de que só há uma interpretação possível e verdadeira.

Em segundo lugar, sobressai a visão de história como sucessão de fatos emblemáticos e que produzem rupturas fundadoras e essenciais. Assim, o aparecimento de

periódicos ou o início de um tipo de nova emissão em função das mudanças tecnológicas são demarcados como instante inicial de uma cronologia que se sucede sem cessar e que é determinada pelas rupturas que foram produzidas pela ação desses meios no mundo social. Há a convicção de que a história é sucessão de fatos, grandes feitos, grandes nomes e que se constrói pela pressunção exclusiva da ruptura. Privilegia-se a ruptura produzida por fatos marcantes, sendo a temporalidade linear e a sucessão de acontecimentos as tônicas dominantes.

Decorrente dessa visão, há a construção de múltiplas histórias que pretendem recuperar a trajetória de personagens singulares que, com seus feitos, escreveram, definitivamente, a história desses meios. Seus fundadores, seus jornalistas emblemáticos, seus dirigentes são figuras que por si carregam, nessa perspectiva, o sentido da história dos meios nos quais desempenharam tarefas fundamentais. Privilegia-se um dos atores sociais de um circuito da comunicação que, como enfatizamos anteriormente, envolve sempre uma multiplicidade de personagens e ações humanas.

Numa quarta tendência dominante, observamos o que podemos chamar *localismos*. Algumas pesquisas são recortadas na dimensão de um veículo de comunicação, construindo-se uma história da comunicação “em migalhas”, se quisermos aqui nos valer da expressão de Dosse (1992). Nesses estudos privilegia-se a estrutura interna dos meios, sem considerar a perspectiva de inserção desses veículos num mundo social. Em épocas de trabalhos microscópicos, parece demasiado complexo construir uma análise que privilegie tanto a dimensão interna como a externa desses objetos analíticos, passando dos particularismos às generalizações.

Sobressaem, também, as análises que consideram apenas o conteúdo das publicações e/ou emissões, abordando os meios de comunicação como objetos que são portadores de conteúdos e ideologias intrínsecas, não se preocupando com a historicidade propriamente dos meios de comunicação. A grande preocupação é descortinar as características discursivas dos veículos, sem considerar a sua historicidade nos limites específicos de cada tempo e espaço social.

Há ainda trabalhos cujo foco recai sobre a perspectiva memorialística. Como aponta Ribeiro (2008, p. 20-21), há um grande número de trabalhos nos quais o tratamento dado às questões históricas é, muitas vezes, o da efeméride, aproximando o texto acadêmico da narrativa testemunhal. Ao lado dessa tipologia, destaca-se, também, um grande número de memórias dos homens de mídia, que se, por um lado, são valioso material de pesquisa, não podem ser consideradas índices absolutos da historicidade de um tempo e de um lugar, mas, mesmo visualizadas como

fontes, é preciso buscar no texto, sempre, o testemunho involuntário, isolando, em qualquer narrativa, mesmo nas enquadradas como ficcionais, fragmentos de verdade. Ler os testemunhos históricos a contrapelo, como sugeria Benjamin (1969), significa considerar que qualquer texto inclui elementos incontrolados. Em relação aos testemunhos memorialísticos, há ainda uma questão suplementar: a chamada cultura da memória que está sempre envolvida nesses depoimentos e que diz respeito a sentidos que se quer fazer prevalecer, idílios de um tempo de antes que se quer enfatizar, enfim, deve-se considerar o trabalho da linguagem e o enquadramento da memória produzidos por esses narradores.

Podemos, portanto, sintetizar esse balanço crítico a partir de um diagnóstico que fizemos, há alguns anos, ao agrupar a maioria dos estudos históricos dos meios de comunicação em cinco eixos. (BARBOSA; RIBEIRO, 2005). Num primeiro, dominam os estudos cuja principal tarefa seria descrever, de maneira linear e orientada, o aparecimento e o desaparecimento de jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão que teriam tido significação no passado, numa perspectiva essencialmente factual.

O segundo conjunto de textos concentra-se em analisar as modificações nas estruturas internas desses veículos. São, em geral, trabalhos monográficos dedicados à pesquisa de um único periódico ou de um pequeno grupo deles. O principal problema localizado, nessas abordagens é que, na maioria das vezes, não se estabelecem conexões entre as características descritas e observadas nos meios e as transformações históricas e sociais, centrando a análise nas ações individuais dos atores envolvidos nesses processos. A história figura como pano de fundo, como conjuntura para personagens que se movimentam, e não, a história constitutiva dos sujeitos e de suas ações.

Um terceiro conjunto de textos aborda os veículos de comunicação como portadores de conteúdos políticos e ideologias, não analisando propriamente sua historicidade. São trabalhos que se preocupam, prioritariamente, em descortinar as características discursivas dos periódicos sem enfatizar a sua historicidade nos limites específicos de cada tempo e espaços sociais. Nos estudos sobre televisão, essa abordagem predominou (e ainda predomina) quando se destacam à exaustão as suas vinculações explícitas com o Estado, no sentido gramsciano do termo, ou seja, com a sociedade política e a sociedade civil das quais faz parte. Os laços dos conglomerados com o capital (normalmente estrangeiro) são enfatizados, como se a historicidade desses veículos pudesse ser alcançada pelo desvendamento de filiações e acordos ideológicos. Como aponta Freire Filho (2007, p. 123), um quadro referencial causal e exploratório é informado por questões relacionadas à teoria da dependência, ao imperialismo, à homogeneização cultural, entre outras possibilidades.

E, finalmente, um quarto grupo é composto por pesquisas que enfocam o contexto histórico no qual os veículos de comunicação vão se inserindo, do seu surgimento à sua evolução e desaparecimento, desconsiderando a dimensão interna dos meios, assim como a lógica do campo, os seus aspectos técnicos, discursivos e profissionais. Novamente, na maior parte dos casos, a história aparece como pano de fundo, e a correspondência entre o interno e o externo é trabalhada mais descritivamente do que de maneira explicativa.

Há, ainda, um quinto conjunto de textos, perspectiva na qual estão incluídas as nossas pesquisas: são aqueles que consideram a história da comunicação como um processo, articulando questões de texto (os meios) ao contexto (mundo social). Visualizar essa história como integrante de um processo comunicacional significa dar importância ao conteúdo, ao produtor da mensagem e à forma como o público entendia aqueles sinais. Em uma palavra: significa percorrer a dimensão do circuito da comunicação. Contemplam-se as dimensões interna e externa, percebendo especificidades decorrentes de um espaço social preciso, interpretando os sinais que chegam a partir de um olhar que, do presente, é lançado em direção ao passado. Considera rupturas e continuidades, tenta descortinar particularismos apenas como uma etapa de um processo cujo fim último é produzir generalizações, sempre desejáveis. Essa história é sempre narrativa e interpretação.

Considerações finais

Ao ser reconstruída no presente, a partir dos rastros que o passado deixou como marca, coloca-se em relação história e questão memorável. Haverá sempre algo esquecido e algo lembrado desse passado reatualizado. Mais do que no objeto memorável há que se pensar, pois, na dimensão de esquecimento que a história sempre evoca.

A lembrança é uma imagem que se produz do passado, completada pela imaginação que remonta formas que escapam dessas imagens. Lembrar é sempre atualizar, vivenciar uma imagem. O que leva ao passado é o que se imagina como imagem desse passado no presente. (RICOEUR, 2007). Portanto, o passado que recompomos como história dos meios está, muitas vezes, encharcado dessas simbolizações. Ao se utilizar, às vezes sem a crítica indispensável, as memórias dos profissionais ou as descrições, que as próprias publicações editam, sobre o mundo profissional, temas, questões e análises fundamentais para a constituição de um lugar identitário para a própria profissão são referendados. A recorrência de determinados temas enseja um lugar fundamental para o esquecimento de outros tantos.

A questão da memória mostra que o esquecimento é um dever da memória, e a própria categoria *memória* só existe no esquecimento. Ao lembrar algo, tira-se esse algo do esquecimento para trazê-lo à memória. Só há lembrança, porque há esquecimento.

Há que se considerar, também, que, enquanto a memória é apresentada com ambição à fiabilidade, o esquecimento apresenta-se como uma espécie de defeito. Portanto, o que está em foco, no jogo memorável, é o grau de profundidade do esquecimento e o seu estatuto epistemológico. (RICOEUR, 2007).

As múltiplas possibilidades de esquecimento, que tornam possível a construção de uma tipologia do esquecimento (pragmática), ensejam que pensemos também em níveis diferenciados, mesmo em relação ao chamado esquecimento profundo: esquecimento por apagamento de restos; por persistência de restos e em decorrência da memória. A uma memória impedida corresponderia o esquecimento produzido no inconsciente; a uma memória manipulada corresponderia o esquecimento, produto da narrativa; e aos usos e abusos da memória corresponderia o esquecimento comandado, numa dimensão institucional. (RICOEUR, 2007).

Mas há ainda um esquecimento por persistência de restos, algo que apresenta uma marca exterior, algum tipo de inscrição que nos reenvia ao passado. Nas análises das chamadas coberturas jornalísticas com sentido histórico, observa-se esse tipo de esquecimento na visão do passado que produzem. São acontecimentos que ganham uma espécie de sentido supra-histórico, por ter afetado o público em outra época e, em razão disso, ter colocado uma espécie de marca afetiva, como algo que dura. A sobrevivência dessas imagens indicaria a existência de um esquecimento profundo, o que Ricoeur chama “esquecimento de reserva”.

A história, visualizada a partir da centralidade dos processos comunicacionais, deve dar conta desses complexos sistemas de comunicação e considerar essas múltiplas dimensões que envolvem questões teóricas complexas. A comunicação é um sistema, com múltiplos aspectos, múltiplos atores, múltiplas ações. E é como tal que deve ser pensada. É por isso que há muitos anos repetimos sem cessar que devemos fazer uma história dos sistemas de comunicação, e que qualquer história que possamos construir será sempre a história das simbolizações das ações humanas e não de objetos inertes desconectados da humanidade. Sem a ação humana não há história, nem no sentido mais estreito, nem na sua acepção mais alargada.

Referências

- BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Por uma história do jornalismo no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2005. p. 1-12. v. 1. 1 CD-ROM.
- BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Combates por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 22., 2009, Curitiba. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2009, p. 1-17. v. 1. 1 CD Rom.
- BARBOSA, Marialva. Meio de comunicação e história: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007a. p. 15-34. v. 1.
- BARBOSA, Marialva. Múltiplas formas de contar uma história... *Revista Alceu*, Rio de Janeiro: PUC-Rio, v. 20, 2010a.
- BARBOSA, Marialva. Por uma história dos sistemas de comunicação. *Contracampo*, Rio de Janeiro: UFF, v. 1, p. 72-82, 1997.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007b.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010b.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BENJAMIN, Walter. *Essais sur Bertolt Brecht*. Paris: François Maspero, 1969.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1987.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DOSSE, François. *Uma história em migalhas*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- FREIRE FILHO, João. Por uma agenda de investigação da história da TV no Brasil. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Michael. *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 127-144.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001.
- REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papius, 1997. v. 3.